

I - RESULTADO FISCAL DO TESOURO NACIONAL: OUTUBRO/98

Em outubro de 1998, o resultado primário do Tesouro Nacional foi deficitário em R\$ 352,8 milhões. O resultado do mês foi fortemente influenciado pelas despesas com equalização decorrentes da securitização da dívida agrícola (Lei n.º 9.138/95) que totalizaram R\$ 472,6 milhões. O resultado primário acumulado no ano totaliza um superávit de R\$ 9,1 bilhões superando em R\$ 5,7 bilhões o saldo acumulado em igual período de 1997, o que corresponde a uma melhora de 0,8 ponto percentual do PIB comparativamente ao ano anterior.

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO TESOURO NACIONAL (*)						
Em R\$ milhões	1997		1998		1997	1998
	SET	OUT	SET	OUT	JAN-OUT	JAN-OUT
I - RECEITA TOTAL	9.256,9	9.925,1	9.873,4	9.548,3	93.612,1	112.775,2
I.1. Administrada pela SRF	8.766,9	9.411,3	9.566,0	9.234,2	86.626,0	97.822,4
I.2. Restituições (-)	-385,0	-267,6	-319,8	-426,9	-2.347,1	-3.087,6
I.3. Diretamente Arrecadada	591,6	558,4	528,3	570,8	5.624,8	5.786,0
I.4. Demais	283,4	283,0	189,1	213,3	4.296,5	12.895,4
I.5. Incentivos Fiscais	0,0	-60,0	-90,1	-43,2	-588,1	-640,9
II - DESPESA TOTAL	9.828,4	10.792,9	10.101,4	9.901,1	90.219,9	103.709,1
II.1. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	2.435,0	2.143,7	2.283,0	1.991,9	19.834,5	22.642,1
II.2. DESPESAS DA ADM.FEDERAL	7.291,2	7.382,9	7.648,0	7.257,0	67.893,5	78.777,5
II.2.1. Pessoal e Encargos	3.188,6	3.200,3	3.600,3	3.618,2	33.390,0	38.597,0
II.2.2. Despesas de Custeio e Capital	4.102,6	4.182,6	4.047,7	3.638,8	34.503,5	40.180,5
II.2.2.1 - Abono e Seguro Desemprego	631,2	299,4	338,8	425,0	3.567,3	3.747,0
II.2.2.2 - Desapropriação de Terra Para Reforma Agrária	59,8	146,3	86,6	85,1	503,0	381,7
II.2.2.3 - Outras Despesas de Custeio e de Capital	3.411,6	3.736,9	3.622,3	3.128,7	30.433,2	36.051,7
II.3. SUBSÍDIOS	102,3	1.266,4	170,5	652,1	2.491,9	2.289,5
II.3.1. Operações Oficiais de Crédito	57,4	1.224,0	114,5	616,6	2.286,5	1.681,3
II.3.2. Fundos Regionais	44,9	42,4	55,9	35,5	205,4	608,2
III - RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	-571,5	-867,8	-228,0	-352,8	3.392,1	9.066,1
IV - RESULTADO PRIMÁRIO / PIB					0,4%	1,2%

(*) Governo Central exceto arrecadação própria e benefícios pagos pelo INSS e Bacen.
Dados Preliminares

Além do impacto das operações decorrentes do processo de securitização da dívida agrícola, também contribuiu para o desempenho do resultado primário em outubro – relativamente ao mês anterior – a queda de R\$ 325,1 (-3,3%) milhões na Receita Total do Tesouro. Em relação ao mês anterior, a receita líquida administrada pela Secretaria da Receita Federal apresentou redução total de R\$ 438,9 milhões (-4,7%). As razões para esse desempenho na arrecadação de outubro reportam-se principalmente: (i) à existência de apenas quatro semanas de fatos geradores, contra cinco em setembro, contribuindo para a redução de R\$ 566,8 milhões na arrecadação do IRRF (-23,4%), R\$ 185,8 milhões

da CPMF (-22,7%) e R\$ 18,7 milhões do IOF (-7,5%); e (ii) ao encerramento, em setembro, do pagamento das cotas referentes ao saldo da Declaração de Ajuste do IRPF, contribuindo para a redução de R\$ 169,0 milhões da arrecadação líquida do IRPF deste mês (-60,2%). Por outro lado, em virtude do pagamento em outubro da primeira cota do IRPJ e CSLL – relativo ao balanço trimestral encerrado em setembro – a arrecadação líquida destes tributos em outubro apresentaram crescimento de R\$ 452,4 milhões (+81,3%) e R\$ 188,0 milhões (+45,4%), respectivamente.

A receita líquida administrada pela SRF acumulada até outubro totalizou R\$ 94,7 bilhões, superando em R\$ 10,5 bilhões a arrecadação registrada no mesmo período do ano passado. Os principais fatores que contribuíram para este desempenho foram os seguintes: i) Imposto de Importação (+31,0%): elevação de três pontos percentuais na alíquota a partir de 13 de novembro de 1997 (aumento de R\$ 1,3 bilhão); ii) IRRF-Trabalho (+17,2%): elevação da alíquota de 25% para 27,5% a partir de jan/98 (aumento de R\$ 1,3 bilhão); iii) IRRF-Capital (+150,9%): elevação na alíquota de 15% para 20% para os rendimentos de aplicações em renda fixa – a partir de jan/98 – e da tributação mensal dessas aplicações, a partir de jul/98 (aumento de R\$ 5,8 bilhões); iv) CPMF (+20,9%): ao contrário deste ano, em 1997 não houve recolhimento desta contribuição em janeiro (aumento de R\$ 1,2 bilhão). Na categoria das Demais Receitas administradas pela SRF, merece destaque o aumento de R\$ 7,8 bilhões nas receitas provenientes da Outorga de Serviços de Telecomunicações.

Em outubro, a Despesa Total apresentou um decréscimo de R\$ 200,3 milhões (-2,0%), frente ao montante despendido em setembro. O incremento de R\$ 481,6 milhões nas despesas de Subsídios decorrente, principalmente, das mencionadas operações de securitização da dívida agrícola – no âmbito da Lei n.º 9.138/95 – foi, em parte, contrabalançado pela redução das Despesas de Custeio e Capital de R\$ 408,9 milhões.

Vale mencionar que as liberações autorizadas para as despesas com custeio e capital – referentes aos Grupos A e B – obedeceram estritamente aos cortes orçamentários constantes dos Decretos n.º 2.773/98 (Tabela II do anexo).

As despesas relativas a Transferências a Estados e Municípios apresentaram redução em outubro/98 de R\$ 291,1 milhões (-12,8%), sendo responsável por essa queda a diminuição das transferências constitucionais em R\$ 303,5 milhões associada principalmente à queda na arrecadação líquida do IR (-10,9%) e do IPI (-1,5%) no mês de outubro, comparativamente ao mês anterior.

Os gastos com incentivos à agricultura e às exportações nacionais, realizados por meio das operações oficiais de crédito, somaram R\$ 144,0 milhões. Deste total, R\$ 45,6 milhões destinaram-se às operações de Aquisições do Governo Federal - AGF, utilizadas para compra de produtos agrícolas e para fazer face às despesas com a manutenção de estoques junto à Conab. Foram vendidos R\$ 7,3 milhões dos estoques de AGF, resultando em uma despesa líquida das operações do AGF de R\$ 38,3 milhões.

Foram liberados R\$ 3,3 milhões para operações de EGF (Empréstimos do Governo Federal) e R\$ 12,2 milhões para empréstimos de custeio e investimento, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf. Além disso, foram liberados R\$ 10,0 milhões para o programa de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários e R\$ 17,7 milhões para equalização de custeio agropecuário.

Foram destinados, também, R\$ 62,5 milhões, para fazer face às despesas com a equalização de taxas, ao Programa de Financiamento à Exportações - Proex, com a finalidade de conceder financiamentos a exportadores.

II - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL: OUTUBRO/98

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado cresceu significativamente (R\$ 13,6 bilhões) em relação a setembro, passando de 9,0% para 10,6% do PIB.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO

SALDOS EM R\$ MILHOES

	AGO	1998 SET	OUT
I. DÍVIDA INTERNA	8.704	6.226	18.727
I.1 - Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	174.032	172.865	193.107
I.2 - Dívida Contratual da STN	-114.923	-116.764	-122.373
I.3 - Dívida Contratual de Fundos , Autarquias e Fundações	-50.406	-49.875	-52.006
I.3.1 - Fat	-35.466	-35.558	-35.991
I.3.2 - Demais Entidades	-14.939	-14.317	-16.015
II. DÍVIDA EXTERNA	74.128	75.165	76.265
II.1 - Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	57.415	58.000	58.256
II.2 - Títulos Depositados em Garantia	-4.079	-4.198	-4.111
II.3 - Dívida Contratual	21.136	21.722	22.472
II.4 - Disponibilidades	-343	-359	-352
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL	82.832	81.391	94.992
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL / PIB	9,2%	9,0%	10,6%

(*) Dados Preliminares.

O comportamento da dívida líquida é explicado basicamente pelo crescimento da DPMF em mercado, que passou de R\$ 172,9 bilhões em setembro para R\$ 193,1 bilhões em outubro. Tal crescimento, mais que contrabalançou o aumento dos haveres relativos à dívida contratual tanto da STN - que passaram de R\$ 116,8 bilhões, em setembro, para R\$ 122,4 bilhões, no mês em análise – quanto dos fundos, fundações e autarquias – que subiram de R\$ 49,9 bilhões, para R\$ 52,0 bilhões em igual período de comparação.

II.1 - Dívida Interna

II.1.1 - Dívida Mobiliária

Em outubro, o saldo da DPMF em poder do mercado atingiu R\$ 193,1 bilhões, equivalente a 21,5% do PIB, contra R\$ 172,9 bilhões, ou 19,2% do PIB, em setembro. Apesar da redução do estoque de LTN em R\$ 9,3 bilhões, o crescimento da DPMF em mercado esteve associado às emissões de LFT, cujo saldo aumentou de R\$ 89,8 bilhões em setembro para R\$ 108,4 bilhões no mês

atual. Houve também, no mês, um acréscimo no estoque das demais, devido à emissão não-financeira de R\$ 5,8 bilhões em NTN-H e de R\$ 4,1 bilhões de CFT-A e CFT-D.

TESOURO NACIONAL-DPMF

Saldos em R\$ mil correntes

	AGO	1998 SET	OUT
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	272.348	275.443	298.387
I.1 Dívida com Mercado	174.032	172.865	193.107
I.1.01 LTN	27.964	17.828	8.519
I.1.02 LFT	81.520	89.804	108.405
I.1.03 LFT-A	2.385	1.626	2.191
I.1.04 LFT-B	16.875	17.323	17.989
I.1.05 NTN-A	4.835	4.893	4.815
I.1.06 NTN-D	24.425	24.666	24.637
I.1.07 Demais	16.029	16.725	26.552
I.2 Dívida com BACEN	98.315	102.578	105.280
I.2.01 LTN	15.436	15.432	15.255
I.2.02 NTN-D	0	0	0
I.2.03 LFT-A	65.459	68.186	70.075
I.2.04 Demais	17.421	18.959	19.949
II Dívida MERCADO/PIB	19,3%	19,2%	21,5%

O quadro a seguir resume os principais fatos ocorridos com a dívida mobiliária em mercado no período, quanto às emissões, resgates e cancelamentos efetuados:

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO				
EMISSIONES, RESGATES E CANCELAMENTOS				
	R\$ milhões			
Fatos	Financeiras	Não financeiras	Assunção	Total
I. Emissões	21.624	12.820	268	34.712
II. Resgates	16.732			16.732
III. Cancelamentos		714		714
IV. Valor líquido (I-II-III)	4.892	12.106	268	17.266

Observa-se uma colocação líquida total de R\$ 17,3 bilhões, no mês. O volume de emissões financeiras foi R\$ 21,6 bilhões, em quanto o principal resgatado ficou em R\$ 16,7 bilhões. As emissões não financeiras atingiram R\$ 12,8 bilhões.

Em outubro foram realizadas emissões especiais em função da renegociação da dívida do estado de Goiás, sendo:

- i) R\$ 319,0 milhões em LFT-B - colocadas junto à Caixa Econômica Federal, como parte da assunção da dívida contratual do estado, nos termos do Art. 1º da Lei

n.º 9496/97. Tal valor refere-se a contratos que o Estado tinha com a Caixa, destinados a projetos de habitação e saneamento e, também, contratos originários nos Votos do CMN 162/95, 175/95, 122/96 e suas alterações; e

- ii) R\$ 788,6 milhões em LFT-A - colocadas junto ao BEG - Banco do Estado de Goiás, para substituição da dívida mobiliária do Estado existente até 31/03/96, ainda não paga, ou a que, constituída após esta data, consubstanciou sua simples rolagem, nos termos do Art. 1º da Lei n.º 9.496/97;

Também foi efetuada a assunção de R\$ 268,0 milhões em LFT-E vincendas do estado de Goiás, que estão em poder do mercado e que serão pagas pelo Tesouro Nacional em suas respectivas datas de vencimento.

TESOURO NACIONAL			
EMISSÕES RELATIVAS À ASSUNÇÃO DE DÍVIDA DOS ESTADOS			
			Out/98
Em R\$ milhões	GOIAS	SANTA CATARINA	TOTAL
1. Dívida Mobiliária	788,6		788,6
LFT-A	788,6		788,6
2. Dívida Contratual	463,1	56,0	519,1
LFT-B	319,0	56,0	375,0
Créditos Securitizados	144,1		144,1
3. Total	1.251,7	56,0	1.307,7

Ainda no âmbito da renegociação das dívidas dos Estados, foi efetuada emissão especial de R\$ 56 milhões em LFT-B junto ao Banco do Brasil, destinadas à assunção da dívida contratual do estado de Santa Catarina, nos termos do Art. 1º da Lei nº 9.496/97.

O Tesouro Nacional emitiu R\$ 5,8 bilhões em NTN-H, retroativa a 30/06/98, junto à Petrobrás destinada à garantia de pagamento do saldo devedor da conta Petróleo, Derivados e Álcool, nos termos da MP nº 1.682-6, de 26/10/98. Tendo em vista que o saldo desta conta deverá reduzir-se nos próximos meses, em virtude do diferencial no preço do barril a favor da Petrobrás, o Tesouro Nacional deverá cancelar parte dos títulos emitidos na mesma proporção da redução das contas.

Foi realizada emissão especial de R\$ 1,3 bilhão em LFT junto ao Banco do Brasil, destinada à aquisição de créditos decorrentes das operações de crédito rural realizadas no âmbito da Lei n.º 9.138, de 29/11/95.

O Tesouro Nacional também efetuou emissões especiais de LFT (R\$ 70 milhões) e Certificados Financeiros do Tesouro Nacional - CFT-A (R\$ 305 milhões), junto a RFFSA, em contrapartida à aquisição de recebíveis – constituídos por receitas de concessões de malhas (parcela da RFFSA) e arrendamento de locomotivas – no valor de R\$ 375 milhões¹. A RFFSA utilizará os certificados para

¹ O CFT foi criado pelo Decreto n.º 2.766, de 02.09.98, e as características de cada uma das três séries (A, B e D), foram definidas pelo Decreto n.º 2.830, de 29/10/98.

pagar impostos aos Estados. Estes, por sua vez, poderão utilizar os CFT para amortização da dívida relativa à Lei n.º 9.496/97.

Com o objetivo de aumentar a amplitude das operações financeiras entre o Tesouro Nacional e o BNDES, tendo em vista a reestruturação de ativos e passivos do banco, foi efetuada a colocação direta de títulos cambiais junto àquela instituição. Foram colocados NTN-D no valor de R\$ 227 milhões, tendo o Tesouro recebido créditos relativos à securitização da dívida agrícola no montante de R\$ 192 milhões e efetuado o cancelamento de R\$ 35 milhões de NTN-P que se encontravam em poder do BNDES.

Também foram colocados R\$ 3.770 milhões de CFT-D², com o Tesouro Nacional adquirindo, em contrapartida, R\$ 2.568 em créditos referentes à Lei n.º 8.727/93, R\$ 380 milhões em recebíveis da RFFSA e R\$ 143 milhões em créditos securitizados, além de efetuar o cancelamento de R\$ 679 milhões em NTN-P.

Em outubro, as colocações de títulos em leilão continuaram sendo de papéis pós-fixados (LFT) vendidos com pequeno ágio, conforme indicam as taxas de rentabilidade negativas discriminadas no quadro a seguir, onde são apresentadas as características das emissões financeiras realizadas pelo Tesouro Nacional:

TESOURO NACIONAL - EMISSÕES FINANCEIRAS EM MERCADO

Outubro/98

DATA DE EMISSÃO	TÍTULO	PRAZO	TAXA MÉDIA ANUAL/DESÁGIO	Valor (R\$ milhões)	
				Financeiro	Nominal
01/10/98	NTN-D	5 anos	VC + 6% a.a.	500,0	312,1
01/10/98	CTN	20 anos	IGP-M	1.044,1	26,6
02/10/98	LFT	306 dc/208 du	0,000%	2.289,8	2.289,8
02/10/98	LFT	306 dc/208 du	0,000%	2.289,8	2.289,8
07/10/98	LFT	266 dc/180 du	-0,019%	3.500,0	3.500,7
14/10/98	LFT	266 dc/181 du	-0,026%	5.000,0	5.001,3
21/10/98	LFT	266 dc/181 du	-0,059%	4.000,0	4.002,3
28/10/98	LFT	266 dc/181 du	-0,047%	3.000,0	3.001,4
TOTAL				21.623,7	20.424,0

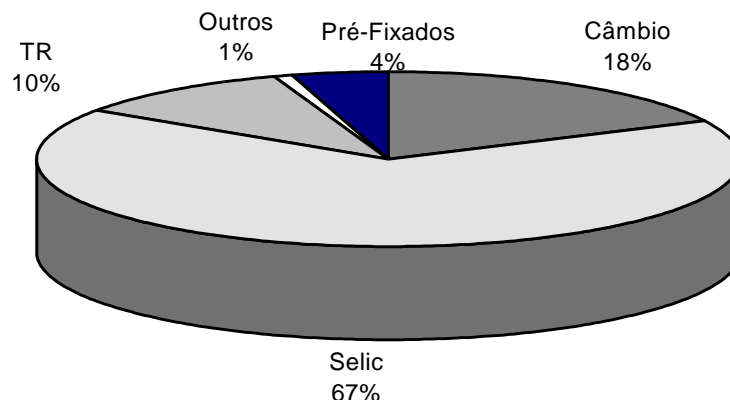
VC = Variação Cambial

Merece destaque a operação realizada entre o Tesouro Nacional e o BNDES, relacionada com a privatização do sistema Telebrás. Nesta operação, o Tesouro emitiu R\$ 4.580 milhões em LFT, como contrapartida financeira resultante da internalização dos recursos obtidos por meio da emissão de bônus externos por aquela instituição na operação realizada com as empresas espanholas Telefónica Internacional e Iberdrola e a portuguesa Telecom.

A composição da DPMF em mercado, segundo a forma de remuneração, passou a ser a seguinte:

² Idem.

**COMPOSIÇÃO DA DPMF EM MERCADO POR INDEXADOR
OUTUBRO/98**



Após as emissões e resgates efetuados em outubro, segue-se a tendência dos últimos meses, onde a participação das LFT sobre o total da dívida mobiliária tem evoluído, subindo de 37,0% em setembro, para 40,7% em outubro, enquanto as LTN tiveram sua participação, em igual período, reduzida de 12,0% para 7,9%, conforme observa-se no quadro a seguir.

TESOURO NACIONAL - COMPOSIÇÃO DA DPMFi			
<i>Títulos mais significativos (%)</i>			
TÍTULO	Ago/98	Set/98	Out/98
LTN	15,9	12,0	7,9
NTN-D	8,9	8,9	8,2
LFT	33,8	37,0	40,7
LFT-A	24,8	25,3	24,1
LFT-B	6,2	6,3	6,0
LFT-E	0,2	0,4	0,4
DEMAIS	10,2	10,1	12,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0

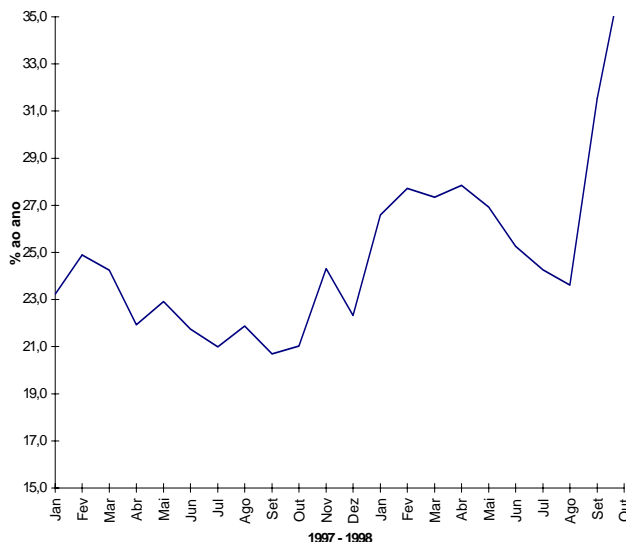
Em outubro, o custo médio nominal mensal dos títulos da DPMFi emitidos por meio de processo competitivo em mercado foi de 2,67%, contra 2,31% em setembro, aumentando em decorrência do crescimento das taxas de juros ainda praticadas pelo mercado. Em termos anualizados, isolando-se o efeito do número de dias úteis no mês, o custo médio subiu de 31,54%, em setembro, para 37,26%, em outubro.

Se somados os títulos emitidos em processo não competitivo de formação de taxas, em poder do mercado, o custo médio anual da dívida pública caiu, atingindo 24,30% em outubro, contra 27,70%, no mês anterior.

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL - MERCADO
CUSTO MÉDIO ANUAL (%)

PERÍODO	TOTAL	COMP(1)	
1997	Jan	22,95	23,23
	Fev	24,37	24,89
	Mar	23,59	24,24
	Abr	21,62	21,94
	Mai	22,63	22,92
	Jun	21,48	21,74
	Jul	18,58	20,99
	Ago	21,61	21,88
	Set	20,03	20,69
	Out	20,15	21,02
	Nov	24,74	24,32
	Dez	22,42	22,32
1998	Jan	29,10	26,59
	Fev	26,92	27,71
	Mar	26,56	27,34
	Abr	26,03	27,84
	Mai	23,81	26,92
	Jun	22,68	25,26
	Jul	20,56	24,26
	Ago	21,58	23,62
	Set	27,70	31,54
	Out	24,30	37,26

DPMF - CUSTO MÉDIO NOMINAL ANUAL
(Inclui apenas os títulos competitivos em Mercado)



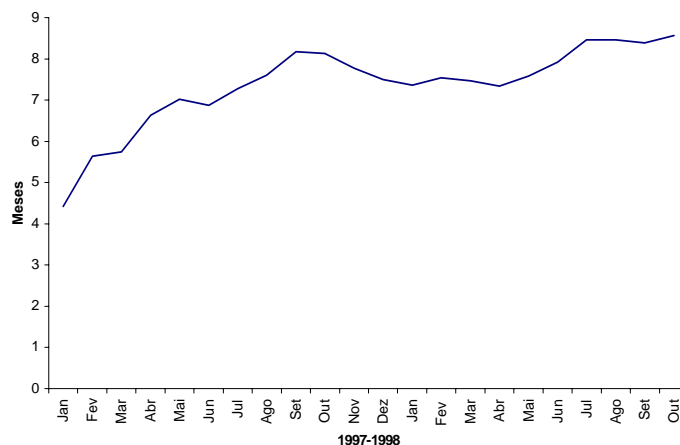
(1) Custo dos títulos competitivos da DPMF-i em mercado.

O prazo médio dos títulos em mercado, emitidos sob processo competitivo de formação de taxas, aumentou um pouco, passando de 8,39 meses em setembro, para 8,57 meses em outubro.

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL
PRAZO MÉDIO NO MERCADO

PERÍODO	EM MESES	
1997	Jan	4,42
	Fev	5,64
	Mar	5,74
	Abr	6,63
	Mai	7,02
	Jun	6,87
	Jul	7,28
	Ago	7,60
	Set	8,18
	Out	8,13
	Nov	7,77
	Dez	7,50
1998	Jan	7,36
	Fev	7,54
	Mar	7,47
	Abr	7,34
	Mai	7,58
	Jun	7,92
	Jul	8,46
	Ago	8,46
	Set	8,39
	Out	8,57

DPMF - PRAZO MÉDIO
(Inclui apenas os títulos competitivos em mercado)



O custo médio da DPMF em mercado, comparado à variação mensal da taxa Selic (representativa do custo de oportunidade do Tesouro Nacional), situou-se em -0,17% no mês de setembro contra 0,30% do mês de agosto.

II.1.2 - Dívida Contratual

Em outubro, os haveres líquidos totais do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 174,4 bilhões, ou 19,4% do PIB, contra R\$ 166,6 bilhões (18,5% do PIB) no mês anterior, tendo crescido R\$ 7,8 bilhões no período. Deste crescimento, os haveres da STN foram responsáveis por R\$ 5,6 bilhões.

DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA SALDOS EM R\$ MILHÕES

	1998		
	AGO	SET	OUT
Total da STN	-114.923	-116.764	-122.373
Dívida Bancária	39.285	39.377	39.413
Crédito Securitizado(Exceto CVSA)	17.536	17.751	16.236
CVSA	3.666	3.698	3.697
Títulos da Dívida Agrária -TDA	2.787	2.828	2.919
Debêntures	717	719	721
Outras Dívidas	231	232	151
INSS	-7.148	-7.326	-7.542
Lei 7976/89	-8.772	-8.786	-8.863
Bônus Renegociação	-17.262	-16.835	-16.755
Lei 8.727/93	-40.192	-40.282	-40.316
Lei 9.496/97	-68.384	-70.128	-70.864
Recebíveis Estados	-2.986	-2.996	-3.009
Recebíveis Estatais	-15.560	-15.691	-16.001
Outros	-9.238	-9.673	-12.520
Créditos Oper. Oficiais	-7.328	-7.402	-7.501
Arrecadação a Recolher	-2.276	-2.251	-2.139
Total de Fundos, Autarquias e Fundações	-50.406	-49.875	-52.006
Fat	-35.466	-35.558	-35.991
Demais Entidades	-14.939	-14.317	-16.015
TOTAL	-165.328	-166.639	-174.379
TOTAL / PIB	-18,4%	-18,5%	-19,4%
Total da STN / PIB	-12,8%	-13,0%	-13,6%

Um dos fatores determinantes de tal comportamento foi, no âmbito da STN, a redução de R\$ 1,5 bilhão no saldo dos créditos securitizados. Tal fato é fruto da redução dos créditos securitizados relativos à dívida agrícola e dos Certificados da Dívida Pública (CDP/INSS), nos montantes de R\$ 1.588,3 milhões e R\$ 195 milhões, respectivamente.

Destaque-se, além disso, a entrada em eficácia do contrato de renegociação de dívida do Estado de Goiás, sob o amparo da Lei n.º 9.496/97, com a respectiva incorporação ao saldo dos haveres do Tesouro Nacional do valor de R\$ 1,2 bilhão. Também foi acrescido ao total de haveres do Tesouro Nacional o montante de R\$ 3,5 bilhões correspondente aos valores relativos à parcela da dívida agrícola já securitizada.

O prazo médio dos créditos securitizados, no mês, foi de 77,83 meses, elevando-se em relação a setembro, que foi de 76,90 meses. O cálculo do prazo médio da dívida securitizada é realizado levando-se em consideração a média ponderada de todos os créditos. O custo médio dessa dívida sofreu um ligeiro aumento em relação ao mês anterior, crescendo de 0,61% ao mês em setembro para 0,67% no mês em análise. Tal elevação se deve ao fato de que o IGP-DI, que corrige mais de 60% da dívida contratual, indicou uma deflação de 0,02 em outubro, inferior à registrada no mês anterior, que foi de 0,17%.

II.2 - Dívida Externa

A dívida externa total brasileira, ao final de outubro/98, apresentou um saldo de 76,3 bilhões (8,47% do PIB). A dívida mobiliária externa totalizou R\$ 58,3 bilhões, sendo 81,7% composto por bônus de renegociação e 18,3% por bônus de captação. O crescimento da dívida contratual externa do Tesouro Nacional de R\$ 750 milhões decorre da valorização das outras moedas em relação ao dólar.

DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL

	Em R\$ milhões		
	AGO	1998 SET	OUT
1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	57.415	58.000	58.256
1.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	47.137	47.486	47.609
Brazil Investment Bond (BIB)	1.059	1.067	1.074
Interest Due and Unpaid (IDU)	5.158	5.197	5.230
Par Bond (PB)	5.082	5.120	5.037
Discount Bond (DB)	6.366	6.413	6.454
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	2.045	2.060	2.073
Front-Loaded Interest Reduction Bond (C-Bond)	8.600	8.663	8.719
Debt Conversion Bond (DCB)	9.992	10.066	10.130
New Money Bond (NMB)	2.635	2.655	2.672
Eligible Interest (EI)	6.200	6.245	6.221
1.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	10.277	10.514	10.646
Global Bond 2027	4.119	4.150	4.176
Demais	6.158	6.365	6.470
2. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.079	-4.198	-4.111
3. DÍVIDA CONTRATUAL	21.136	21.722	22.472
4. DISPONIBILIDADES FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-343	-359	-352
TOTAL	74.128	75.165	76.265
DÍVIDA EXTERNA TOTAL / PIB	8,23%	8,34%	8,47%

Em outubro, o Tesouro Nacional realizou gastos da ordem de R\$ 1.440,8 milhões com juros e encargos de sua dívida externa. Deste total, R\$ 49,4 milhões foram para Organismos Internacionais e R\$ 21,7 milhões para Bancos Privados e Agências Governamentais. O maior peso ficou por conta da rolagem da dívida mobiliária externa, principalmente com os Bônus Brady³ (R\$ 1.300,4 milhões), e com Bônus Global 2008⁴ (R\$ 69,4 milhões).

TESOURO NACIONAL	Out/98
Encargos da Dívida Externa	R\$ mil
I. Encargos Totais	1.440.801
I.1. Organismos Multilaterais	49.385
I.2. Bancos Privados/Ag. Gov.	21.702
I.3. Dívida Mobiliária Externa	1.369.714
I.3.1. Bônus Brady	1.300.357
I.3.2. Bônus Global	69.357

³ Títulos emitidos no Plano Brady - Plano Brasileiro de Financiamento - 1992.

⁴ Título de captação, emitido de acordo com a Resolução n.º 51/97, do Senado Federal.